



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

DECISÃO

Ação: Recuperação Judicial/PROC

Autor: Andrade Construções Ltda. e outros

Trata-se de pedido de Recuperação Judicial aforado por ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, JSA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA, JSA INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA, CERÂMICA JR LTDA, CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA e CONSTRUTORA ANDRADE LTDA, as quais tiveram o seu processamento deferido em 26 de outubro de 2018 (fls. 1.168-1.190).

Determinada a emenda à inicial (pgs. 575-582), o que foi cumprido às fls. 806-823 e 1.127-1.129.

Pedido de habilitação trabalhista (fls. 1.249-1.250).

Termo de compromisso de administrador judicial (fl. 1.348).

Manifestação do Estado de Santa Catarina (fl. 1.432).

Aportou certidão de habilitação de crédito trabalhista (fl. 1.461).

Manifestação da União (fls. 1.463-1.469).

Decisão determinando o desentranhamento dos pedidos de habilitação de crédito, exceto as trabalhistas, uma vez que deveriam ter sido apresentados ao administrados judicial, não sendo o momento oportuno para fazer nos autos (fls. 1.462 e 1.493).

Edital publicado às fls. 1.494-1.508 e 1.616-1.628.

Pedido de habilitação e informação da interposição de agravo de instrumento (fls. 1.522-1.546).

Sobreveio impugnações sobre a essencialidade do imóvel matriculado sob n. 1209, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia/SC e pedido de reconhecimento de crédito como extraconcursal e não quirografário (fls. 1.650-1.659)

Juntou-se pedido de reconsideração, a fim de que os bancos se abstenham de retomar ou consolidar a propriedade dos bens JEPP COMPASS LIMITED (placas QII0937) e GOL TRENDLINE (placas QIC 4515) (fls. 1.757-1.759).



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

Decisão monocrática do agravo de instrumento (fls. 1.790-1.1796).

Pedido de habilitação (fls. 1.797-1.800) e de levantamento de valores (fls. 1.904).

Impugnação à relação de créditos (fls. 1.966-1.969).

Decisão deferindo em parte o pedido de reconsideração, constando o veículo GOL TRENDLINE (placas QIC 4515) como essencial à manutenção das atividades; indeferindo o inconformismo quanto ao bem imóvel; deixando de analisar a discordância quanto à classificação do crédito, por ser matéria de impugnação específica da publicação da relação do art. 7º, §2º, o que não ocorreu; indeferindo o pedido de liberação de valor, o qual deveria ser inscrito no quadro-geral de credores; determinando que, quanto as habilitações e concordâncias dos valores, sejam observadas às decisões de fls. 1.462 e 1.493 (fls. 2.007-2.10).

Comunicou-se a interposição de agravo de instrumento (fls. 2.078-2.100, 2.140-2.158 e 2.209-2.210).

Manifestação do Ministério Público (fl. 2.136).

Juntaram-se decisão monocrática (fls. 2.259-2.262, 2.342-2.350).

Pedido de retomada dos veículos (fls. 2.364-.2.368).

Pedidos de habilitação (fls. 2.494-2.495, 2.498-2.499, 2.534-2.535, 2.575).

Petição informando a ciência e alegando o equívoco da decisão de essencialidade dos bens (fls. 2.606-2.607).

Sobrevieram plano de recuperação e laudo de viabilidade econômico-financeiro (fls. 2.624-2.695) e laudo de avaliação dos bens (fls. 2.698-2.878).

Informação da interposição de agravo de instrumento (fls. 2.907-2.948 e 2.951-2.968).

Decisões monocráticas (fls. 2.982-2.984 e 2.985-2.988).

Informações pela administradora judicial (fls. 2.989-2.991 e 3.013-3.014) e elaboração de relação de credores pela administradora judicial (fls. 3.016-3.025).

Aportou decisão determinando o desentranhamento de impugnações extemporâneas; a suspensão dos pedidos de retomada dos bens essenciais e a expedição de novos ofícios; a publicação do edital de credores e a autuação em



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

separado das impugnações; recebendo o plano de recuperação e determinando a publicação de edital; mantendo a decisão objeto de agravos; determinando o desentranhamento dos pedidos de habilitação de crédito, de pedidos de habilitação para acompanhamento do processo e de impugnações aos créditos (fls. 3.026-3.030).

Decisão monocrática (fls. 2.032-3.034).

Publicação de edital (fls. 3.035-3.044 e 3.047-3.052).

Pedido de retificação de crédito (fl. 3.053) e manifestação do Município de Herval d' Oeste/SC (fl. 3.056).

Relação de crédito trabalhistas (fls. 3.059, 3.062-3.064 e 3.345-3.352).

Relatórios mensais elaborado pela administradora judicial (fls. 3.070-3.201, 3.202-3.341).

Publicação de edital (fls. 3.342-3.344).

Aportaram objeções - fls. 3.353 (AGILE DISTRIBUIDORA LTDA); fls. 3.379-3.392 (ITAÚ UNIBANCO S.A), fls. 3.393-3.407 (BANCO CATERPILLAR S/A); fls. 3.442-3.443 (DAY BRASIL S.A); fls. 3.444-3.445 (VALINE ACESSÓRIOS LTDA – EPP); fls. 3.458-3.461 (BANCO VOLKSWAGEN S.A); fls. 3.462-3.463 (DOCOL METAIS SANITÁRIOS LTDA); fls. 3.464-3.497 (BANCO SANTANDER – BRASIL S.A) e fls. 3.500-3.501 (FERRAGENS HLS LTDA).

Acórdão (fls. 3.364-3.378).

Juntaram-se decisão sobre os embargos de declaração proferidos nos autos 0001487-09.2018.8.24.0235 (fls. 3.507-3.511), nos autos 0001488-91.2018.8.24.0235 (fls. 3.513-3.517) e nos autos 0001496-68.2018.8.24.0235 (fls. 3.519-3.520).

Decisão recebendo as objeções das fls. 3.353, 3.379-3.392, 3.393-3.407, 3.442-3.443, 3.444-3.445, 3.458-3.461 e 3.462-3.463 e convocando a Assembleia Geral de Credores; não recebendo as objeções das fls. 3.464-3.497 e 3.500-3.506; indeferindo pedidos de habilitações e a atualização das representações (fls. 3.535-3.536).

Concordância com o crédito (fl. 3.547).

Embargos de declaração (fls. 3.555-3.559).

Relatórios mensais elaborados pela administradora judicial (fls.



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

3.603-3.695).

Acórdão (fls. 3.730-3.733).

Concordância de crédito (fls. 3.734-3.735).

Habilitação de crédito (fls. 3.752-3.753).

A administradora judicial apresentou parecer (fls. 3.770-3.781).

Juntaram-se pedidos de desistência das objeções - fls. 3.782 (VALINE ACESSÓRIOS LTDA – EPP), 3.783 (AGILE DISTRIBUIDORA LTDA), 3.784 (DOCOL METAIS SANITÁRIOS LTDA), 3.786 (DAY BRASIL S.A), fl. 3.787 (ITAÚ UNIBANCO S.A).

Decisão não recebendo as objeções das fls. 3.538-3.540; deferindo o pedido de prorrogação do prazo de suspensão; não recebendo os pedidos de habilitação e homologando os pedidos de desistência das objeções da empresa VALINE ACESSÓRIOS LTDA – EPP (fls. 3.444-3.445 e 3.782), da empresa AGILE DISTRIBUIDORA LTDA (fls. 3.353 e 3.783), da empresa DOCOL METAIS SANITÁRIOS LTDA (fls. 3.462-3.463 e 3.784) e da empresa DAY BRASIL S.A. (fls. 3.442-3.443 e 3.786) e homologação do acordo das pgs. 3.788-3.790 e desistência do ITAÚ UNIBANCO S.A. (fls. 3.379-3.392 e 3.787) (fls. 3.791-3.794).

Acolheu-se os embargos de declaração para reconhecer a tempestividade da objeção das fls. 3.464-3.497 do BANCO SANTANDER – BRASIL S.A (fls. 3.795-3.796).

Impugnação ao crédito (fls. 3.856-3.866) e edital (fls. 3.925-3.926 e 3.930-3.931).

Aportou pedido da administradora judicial sobre a natureza do voto de abstenção na Assembleia Geral de Credores (fls. 3.922-3.923).

Sobreveio decisão determinando o desentranhamento da impugnação das fls. 3.865-3.866) e estabelecendo que eventual abstenção não será considerada para quórum de deliberação (fls. 3.943-3.946).

Cancelou-se a Assembleia Geral de Credores diante da não observância de prazo mínimo de publicação de edital (fl. 3.954).

Edital de intimação (fls. 3.955-3.956 e 3.982-3.984).

Informações da administradora judicial sobre a convocação de nova Assembleia Geral de Credores (fls. 3.969-3.972).



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

Comunicou-se a interposição de agravo (fls. 3.986-4.021) e sobreveio decisão monocrática (fls. 4.022-4.026).

Pedidos de habilitação de crédito trabalhista (fls. 4.027-4.028), de liberação de apresentação de CND's para recebimento de pagamentos da Administração Pública (fls. 4.088-4.094) e de compensação de créditos (fls. 4.168-4.170).

Publicação de edital de intimação (fls. 4.164-4.166 e 4.174-4.176).

Pedido de devolução de valores excedente com a venda de caminhões apreendidos (fls. 4.180-4.183), o que foi deferido (fls. 4.186-4.189). Na ocasião, determinou-se a intimação do administrador judicial para inscrição dos créditos trabalhistas no quadro-geral de credores e indeferiu-se os pedidos de habilitação. Ainda, deferiu-se o pedido de liberação de apresentação de certidões negativas de débitos para recebimento de serviços prestados à Administração Pública.

Juntou-se pagamento de custas com a publicação de edital (fl. 4.193-4.195) e decisão determinando a publicação de edital em jornal local (fl. 4.196).

O BANCO VOLVO (BRASIL) S.A demonstrou a devolução dos valores excedentes (fls. 4.199-4.200), sendo deferida a liberação por alvará judicial (fls. 4.212-4.213 e 4.214).

Aportou acórdão (fls. 4.205-4.211).

Pedido de desistência da objeção pelo BANCO SANTANDER – BRASIL S.A e cessão de crédito (fl. 4.215).

Sobreveio manifestação sobre o pedido de desistência das objeções do plano de recuperação judicial, homologação do plano de recuperação judicial e concessão da recuperação judicial pela administradora judicial (fls. 4.216-4.219).

Informações sobre a cessão de créditos pela empresa DOCOL METAIS SANITÁRIOS LTDA (fl. 4.220).

Relatórios mensais pela administradora judicial (fls. 4.423-4.309).

É o relatório.

Decido.

1. Da desistência da objeção

Da análise dos autos, verifica-se que o Banco Santander (Brasil) S.A.,



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

formulou pedido de desistência da objeção, uma vez que cedeu à empresa KREDITARE SECURITIZADORA S/A os créditos englobados nesta recuperação judicial (fl. 4.215), pelo que o pedido merece ser homologado.

Isso porque a lei não prevê o procedimento a ser adotado caso o credor apresente objeção e posteriormente desista. Certo é que não existe nenhuma vedação à desistência, tampouco se pode obrigar a parte a prosseguir com a impugnação ao plano de recuperação judicial.

Se o credor, voluntariamente, abriu mão do seu intento e julgou melhor acolher as condições postas no plano do devedor, não há por que não acolher a desistência apresentada.

Desse modo, homologo o pedido de desistência das objeções ao plano de recuperação judicial formulado por BANCO SANTANDER (Brasil) S.A.

2. Da cessão de crédito

Quanto às cessões de créditos da empresa DOCOL METAIS SANITÁRIOS LTDA (fl. 4.220) e do BANCO SANTANDER – BRASIL S.A (fl. 4.215) à empresa KREDITARE SCURITIZADORA S.A, por se tratar de direito plenamente disponível, não contendo nenhuma especificidade que impeça de ser negociado, **DEFIRO** a cessão e a subrogação citadas e, conseqüentemente, **DETERMINO** a substituição dos créditos no plano de recuperação apresentado pelas recuperandas.

Intime-se a administradora judicial para as alterações necessárias.

3. Das objeções

No mais, observo que inexistem objeções por parte dos credores.

Isso porque os únicos credores que não desistiram das objeções são o BANCO CATERPILLAR S.A. e o BANCO VOLKSWAGEN S.A.

Contudo, julgou-se procedente a impugnação de crédito apresentada pelo BANCO CATERPILLAR S.A para excluí-lo do rol de credores, autos SAJ 0300152-42.2019.8.24.0235 (fls. 79-83), o que também ocorreu com relação ao BANCO VOLKSWAGEN S.A., que foi excluído do rol de credores, consoante sentença proferida às fls. 107-111, dos autos SAJ 0300156-79.2019.8.24.0235, pelo que as objeções apresentadas perderam o objeto.

Desse modo, julgo prejudicadas as objeções das fls. 3.393-3.407 e fls. 3.458-3.461 (BANCO VOLKSWAGEN S.A), diante da exclusão de seus créditos da



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

recuperação judicial.

Assim, CANCELO a assembleia geral de credores designada para o dia 28.8.2019 (fls. 3.969-3.972).

Intimem-se com urgência.

4. Da homologação do plano

Nesse aspecto, considerando a ausência de objeções, tomo por base as informações trazida aos autos pela Administradora Judicial nomeada por este juízo, a qual sugere a homologação do plano de recuperação judicial apresentado.

Sobre o assunto, disciplinam os artigos 57 e 58 da Lei 11.101/05:

Art. 57. Após a juntada aos autos do plano aprovado pela assembléia-geral de credores ou decorrido o prazo previsto no art. 55 desta Lei sem objeção de credores, o devedor apresentará certidões negativas de débitos tributários nos termos dos arts. 151, 205, 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Art. 58. Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano não tenha sofrido objeção de credor nos termos do art. 55 desta Lei ou tenha sido aprovado pela assembléia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei.

Registra-se que, quanto à aplicação do artigo 57, o Superior Tribunal de Justiça fixou o entendimento que não é aplicável a vedação da concessão de recuperação judicial pelo juiz, caso não apresentadas as certidões negativas de débitos tributários, em razão do princípio maior de preservação da atividade empresarial:

DIREITO EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXIGÊNCIA DE QUE A EMPRESA RECUPERANDA COMPROVE SUA REGULARIDADE TRIBUTÁRIA. ART. 57 DA LEI N. 11.101/2005 (LRF) E ART. 191-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN). INOPERÂNCIA DOS MENCIONADOS DISPOSITIVOS. INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA A DISCIPLINAR O PARCELAMENTO DA DÍVIDA FISCAL E PREVIDENCIÁRIA DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O art. 47 serve como um norte a guiar a operacionalidade da recuperação judicial, sempre com vistas ao desígnio do instituto, que é *"viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica"*. 2. O art. 57 da Lei n. 11.101/2005 e o art. 191-A do CTN devem ser interpretados à luz das novas diretrizes traçadas pelo legislador para as dívidas tributárias, com vistas, notadamente, à previsão legal de parcelamento do crédito tributário em benefício da empresa em recuperação, que é causa de suspensão da exigibilidade do tributo, nos termos do art. 151, inciso VI, do CTN. 3. O parcelamento tributário é direito da empresa em recuperação judicial que conduz a situação de regularidade fiscal, de modo que eventual descumprimento do que dispõe o art. 57 da



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

LRF só pode ser atribuído, ao menos imediatamente e por ora, à ausência de legislação específica que discipline o parcelamento em sede de recuperação judicial, não constituindo ônus do contribuinte, enquanto se fizer inerte o legislador, a apresentação de certidões de regularidade fiscal para que lhe seja concedida a recuperação. 4. Recurso especial não provido. (REsp 1187404/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 21/08/2013)

Assim, considerando a legalidade do plano apresentado e diante da ausência de objeções, a homologação do plano de recuperação judicial é medida que se impõe.

Ante o exposto, nos termos do artigo 58 da Lei n. 11.101/2005, considerando a viabilidade do plano de recuperação judicial, devidamente reconhecida pelos próprios credores, **HOMOLOGO** o plano de recuperação e **CONCEDO** às empresas ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, JSA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA, JSA INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA, CERÂMICA JR LTDA, **CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA** e CONSTRUTORA ANDRADE LTDA, **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com fundamento no plano de recuperação apresentado.

Saliente-se que a presente decisão constitui título executivo judicial (artigo 59, §1º, da Lei 11.101/2005). As recuperandas permanecerão em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no respectivo plano que se vencerem até 02 (dois) anos depois da presente decisão.

Ressalte-se que, durante o mencionado período, o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convolação da recuperação em falência (artigo 61, §1º, e artigo 73 da Lei 11.101/2005).

Deverá o Administrador Judicial publicar a presente decisão em jornal de circulação regional nos termos do artigo 191 e parágrafo único da Lei 11.101/2005.

Das Determinações ao Cartório Judicial:

a) Publique-se a presente decisão e intinem-se os credores, através de edital a ser publicado no Diário Oficial e em jornal de circulação regional nos termos do artigo 191 da Lei 11.101/2005;

b) Nos termos do artigo 69 da Lei 11.101/2005 oficie-se à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina — JUCESC, para que anote nos registros



PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA
Comarca de Herval d'Oeste
Vara Única
Processo n. 0300748-60.2018.8.24.0235

das Autoras a recuperação judicial concedida (artigo 69, parágrafo único, da Lei 11.101/2005), a qual deverá incluir, após o nome empresarial, a expressão "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL" em todos os negócios jurídicos que realizar.

Intimem-se as Recuperandas, o Ministério Público, o Administrador Judicial e as Fazendas Públicas.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 22 de agosto de 2019.

Luísa Rinaldi Silvestri
Juíza de Direito